

ACM implanta linha dura e corta despesas do Senado

*3 MAI 1997

JORNAL DO BRASIL

■ Pacote prevê demissão e redução pela metade dos R\$ 40 milhões gastos por mês

SONIA CARNEIRO

BRÁSILIA — Em pleno sábado à tarde, de surpresa, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), reuniu os diretores da Casa para anunciar medidas de contenção de gastos que atingem os próprios senadores. As medidas prevêem demissão de funcionários, redução de 50% nos gastos de custeio e pessoal, avaliados em mais de R\$ 40 milhões por mês, auditorias nos departamentos e na gráfica do Senado, o fim dos desvios de função dos servidores, rigor no controle da frequência dos funcionários e guerra aos lobistas que usam gratuitamente a estrutura do Senado.

“Quem não se adaptar, roda. Vamos despolitizar a administração do Senado”, avisou Antônio Carlos Magalhães. “O funcionário que cometer fraude para atender a um senador será tão responsável quanto ele.”

Até aula de informática para os senadores foi uma recomendação

incluída por ACM no pacote de sábado. As aulas serão ministradas pelo Centro de Processamento de Dados do Senado.

Incertas — O Senado chamará de volta os servidores requisitados por outros órgãos. Aquele que quiser manter o funcionário terá que pagar seu salário. “Aqui só fica quem trabalha”, determinou ACM. “Não vou tolerar nem atender pedidos dos senadores para aliviar a situação de funcionários.” O senador pretende dar incertas nos gabinetes para surpreender funcionários que não trabalham.

A reunião durou quatro horas, das 17 às 21h de sábado. Os diretores do Senado já encontraram, ao chegar, as cadeiras numeradas, indicando o lugar de cada um. “Nesse horário, ninguém tem nada para fazer”, justificou ACM.

Para ACM, o Senado é uma câmara fiscalizadora do Executivo e deve exercer suas funções para não “perder sua autoridade”. Um estu-

do sobre as licitações públicas será encaminhado para que o Senado nada execute sem obedecer à lei.

O presidente do Senado decidiu ainda proibir desvios de função dos funcionários, como médicos e engenheiros, que ingressam por concurso como agentes de segurança, telefonista e motorista e acabam trabalhando nos gabinetes dos senadores ganhando gratificações. “Eles só poderão ocupar os cargos para os quais foram contratados”, determinou o senador. Dos 2.300 funcionários do Senado, cerca de 300 estão fora das suas funções.

Obras — Para reduzir as despesas, as obras em realização pelo Senado ficarão suspensas. “A retomada vai depender das prioridades”, disse ACM. O primeiro secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), por exemplo, já apresentará quinta-feira, na reunião da Mesa, um plano de cortes de gastos. Um dos cortes retirará R\$ 3,5 milhões do programa de

obras do Senado.

Outras medidas para economizar gastos é a cobrança dos serviços prestados aos lobistas, como cópias xerográficas. “Tudo isso vai ser cobrado”, determinou ACM.

Os próprios senadores foram atingidos pelas medidas de contenção. A Gráfica do Senado será obrigada a limitar em apenas cinco páginas a transcrição dos pronunciamentos dos senadores, realizados em plenário, tão volumosos, que acabam editadas em livros. “O senador que ultrapassar sua cota vai pagar do próprio bolso. Os limites de cotas serão rigorosamente obedecidos”, determinou o ACM. “Se a cota estiver estourada não se publica mais nada.”

ACM vai propor ao Executivo que o envio do Orçamento Geral da União ao Congresso seja antecipado de agosto para abril, a fim de que o Legislativo tenha mais tempo para examinar a proposta orçamentária.